



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Modos de feitura da cidade: dimensões sensíveis da vida urbana contemporânea

v 15 | n 28 | jan-jun 2026

Fazer o parque, fazer a cidade: participação social e políticas públicas em Realengo

Juliana Baptista Pereira



Edição eletrônica

URL: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui>

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

PEREIRA, Juliana Baptista. Fazer o parque, fazer a cidade: participação social e políticas públicas em Realengo. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan-jun 2026, e9003. Semestral.

© NAUI

Fazer o parque, fazer a cidade: participação social e políticas públicas em Realengo

Juliana Baptista Pereira¹

Resumo

Este artigo analisa os processos de participação social na criação do Parque Realengo Jornalista Susana Naspolini, inaugurado em 2024, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao acompanhar as mobilizações dos diversos movimentos sociais que reivindicavam o parque, o estudo evidencia a participação ativa dos moradores na produção do espaço urbano. A participação social aparece tanto através dos meios democráticos formais como pelo ativamento da memória como recurso de articulação política, construção de pertencimento e legitimação das reivindicações coletivas.

Palavras-chave: Participação Social; Políticas Públicas; Memória; Realengo.

Resumen

Este artículo analiza los procesos de participación social en la creación del Parque Realengo Jornalista Susana Naspolini, inaugurado en 2024, en la Zona Oeste de Rio de Janeiro. Al acompañar las movilizaciones de los diversos movimientos sociales que reivindicaban la creación del parque, el estudio pone de manifiesto la participación activa de los habitantes en la producción del espacio urbano. La participación social se expresa tanto por los mecanismos democráticos formales como mediante la movilización de la memoria como recurso de articulación política, construcción de pertenencia y legitimación de las reivindicaciones colectivas.

Palabras clave: Participación social; Políticas públicas; Memoria; Realengo.

¹ Juliana Baptista Pereira é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), mestre em Memória Social pela UNIRIO e especialista em Sociologia Urbana pela UERJ. Pesquisa as relações entre memória, participação social e políticas públicas, com foco na produção do espaço em periferias urbanas. E-mail: julianabaptista7@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5188-9853>.

Abstract

This article analyzes the processes of social participation in the creation of Parque Realengo Jornalista Susana Napolini, inaugurated in 2024 in the West Zone of Rio de Janeiro. By examining the mobilization of the various social movements that advocated for the creation of the park, the study highlights residents' active participation in the production of urban space. Social participation is expressed both through formal democratic mechanisms and through the mobilization of memory as a resource for political articulation, the construction of a sense of belonging, and the legitimization of collective claims.

Keywords: Social participation; Public policy; Memory; Realengo.

Introdução

No Rio de Janeiro, cidade marcada por desigualdades, conflitos e uma complexa dinâmica urbana, desenvolver processos participativos pode constituir um meio de aprimorar a governança e a eficácia do desenho das políticas públicas nos territórios, embora traga consigo diversos desafios. Em um contexto em que o direito à cidade é frequentemente negado e a ocupação do espaço urbano é permeada por conflitos e interesses privados (Souza Lima, 2002), é entre medos e precariedades (Gomes, 2022) que se busca participar das decisões políticas na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O objeto deste artigo, o processo de criação do Parque Realengo Susana Napolini, foi marcado por mediações com o poder público, avanços e recuos ao longo de décadas de reivindicação pela construção de uma área pública de lazer em um antigo terreno do Exército, abandonado desde os anos 1970, no bairro. O terreno com área de 142.000m² abrigava uma fábrica que permaneceu desativada, até que fosse decretado o início das obras do atual parque. Os diferentes usos atribuídos ao espaço depois do encerramento das atividades envolveram o terreno em intensas controvérsias. Após diversos processos de permuta, a área passou de terreno baldio a espaço destinado à construção de habitações por meio da Fundação Habitacional do Exército (FHE), até finalmente tornar-se parque.

Intensa mobilização social, em 2022, conquistou a implementação do parque em metade do terreno e, mais recentemente, houve a destinação da totalidade da área para esse fim. A obra correspondente à segunda metade foi iniciada oficialmente em 13 de junho de

2026², em um grande evento no parque que contou com presença do prefeito em exercício e diversas personalidades da política. Mas chegar até esse resultado foi um processo permeado por idas e vindas no discurso político sobre a utilização total do perímetro para uma área pública.

Durante a inauguração das obras da primeira metade do parque, em 2022, evento narrado em seção posterior, o discurso de Eduardo Paes, então prefeito do Rio de Janeiro, indicava que a divisão do terreno representava um compromisso necessário para viabilizar o início das obras. Segundo ele, atendendo à demanda do Exército em ceder parte da área para a construção de habitações, por meio da FHE, garantiria a liberação de uma parte do perímetro para a implantação do parque. Ao longo de todo o processo de disputa pelo terreno, a FHE aparece como um dos principais antagonistas das reivindicações dos movimentos sociais, uma vez que seu projeto habitacional se apresentava como alternativa concorrente ao uso público da área.

Em Realengo, a presença militar povoa as memórias locais por meio da expressiva concentração de edifícios e quartéis (Viana, 2010, 2016). Observar os processos relacionados à ocupação militar implica reconhecer essa presença como parte de uma memória que se consolidou como “oficial”, cuja influência se estende às dimensões espacial, paisagística, social e urbanística da construção não apenas dessa região, mas da cidade do Rio de Janeiro (Viana, 2010). Nesse contexto, a disputa em torno da antiga Fábrica de Cartuchos extrapola o conflito sobre a destinação de um terreno e evidencia o embate entre distintos projetos de cidade: de um lado, a manutenção da ocupação militar e da produção habitacional voltada aos seus integrantes; de outro, a reivindicação por um espaço público de lazer, convivência e preservação ambiental, formulada e defendida pelos movimentos sociais locais. É nesse contexto de disputas em torno da produção do espaço urbano, marcado pelo embate entre o projeto habitacional defendido pela FHE e a reivindicação dos movimentos sociais por um parque público, que busquei acompanhar como os movimentos sociais se organizaram para disputar os sentidos e os usos do terreno. Nesse caminho, foi possível identificar as diferentes estratégias de mobilização, negociação e incidência política.

Para compreender essas dinâmicas, este artigo adota uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica e integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida nos últimos cinco anos, sobre participação social, produção do espaço urbano e disputas territoriais na cidade do

² “Prefeitura começa as obras para duplicar o Parque Realengo Susana Napolini”. Disponível em: <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeitura-comeca-as-obras-para-duplicar-o-parque-realengo-susana-napolini>. Acesso em 13 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, com foco no bairro de Realengo. A pesquisa foi construída a partir de levantamento bibliográfico, entrevistas, participação em encontros colaborativos e acompanhamento sistemático das mobilizações em torno do parque. Em 2021, passei a integrar o coletivo “Agenda Realengo”, o que possibilitou a realização de observação participante e o acompanhamento das discussões, negociações e ações coletivas relacionadas à implementação do Parque Realengo Jornalista Susana Napolini.

É como integrante da Agenda e moradora de Realengo que observo as dinâmicas de produção do espaço no bairro. Falar de um tema tão próximo da minha vivência demanda uma observação metodológica, como nos ensina Janice Caiafa (2007) em que devo dar conta não só do que vivi e vi, falando em meu próprio nome, mas também do que ouvi no campo, do que me contaram, dos relatos dos outros sobre a minha própria experiência (Caiafa, 2007, p. 138). Narrar os eventos que aconteceram desde o anúncio das obras do parque, em setembro de 2022, passando pela inauguração de sua primeira fase, em junho de 2024, é a busca por apreender, a partir de um relato pessoal, um momento vivido em coletivo. Ao mobilizar aspectos de minha própria vivência e experiência, tanto como moradora quanto como pesquisadora, percebo que minhas pertencas, embora possuam características singulares, são também extremamente coletivas. Escrevo com base na ideia de sujeito posicionado (Rosaldo, 1989), alguém que não apenas observa os fatos, mas deseja transformar a realidade social.

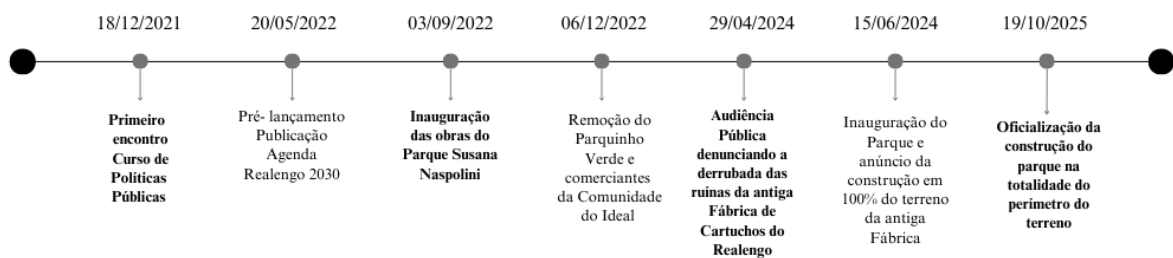
Para ilustrar melhor os acontecimentos descritos, apresento uma breve linha do tempo, com marcos principais que serão abordados com mais profundidade ao longo do texto. Essa linha do tempo visa evidenciar o período de dois anos e meio entre o início dos encontros que formularam a Agenda Realengo 2030 e a inauguração do parque, a principal pauta deste grupo. A Agenda Realengo é um coletivo voltado à construção colaborativa de políticas públicas para o bairro, constituído durante o processo de elaboração do documento *Agenda Realengo 2030*, um plano de ação popular criado a partir de uma metodologia desenvolvida pela Casa Fluminense. A Casa é uma organização sem fins lucrativos que busca ser referência em incidência e monitoramento de políticas públicas voltadas para a justiça social, tendo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como área de atuação³.

Para fins analíticos, os marcos de nossa linha do tempo incluem: (1) O curso de políticas públicas proposto pela Casa Fluminense, marcando o início do grupo Agenda Realengo; (2) o lançamento do documento intitulado *Agenda Realengo 2030*, que contém

³ Para mais informações, consultar <https://casafluminense.org.br/>.

como principal reivindicação a implementação do parque na totalidade do perímetro do terreno da fábrica; (3) A data da inauguração das obras e o lançamento oficial do projeto arquitetônico do parque; (4) A remoção da área antes conhecida como Parquinho Verde, onde ocorreram os encontros que deram origem à Agenda Realengo 2030; (5) Audiência pública realizada por conta da derrubada das ruínas da antiga fábrica; (6) a efetiva inauguração do parque em metade da área do terreno, em junho de 2024 (lembrando que nesse dia também foi anunciado que todo o perímetro do terreno seria parque) e (7) oficialização da expansão do parque.

Imagem 1: Linha do tempo realizada com dados de pesquisa.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Além disso, há outros marcos importantes, mas ausentes na linha do tempo como as reivindicações pelo campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro em Realengo, viabilizado pelo Movimento Pró Escola Técnica, que datam ainda dos anos 1990, além da sua efetiva inauguração em agosto de 2009⁴. A construção de um Instituto Federal já no terreno da fábrica denota a influência da mobilização popular no uso desse perímetro para a implementação de um equipamento público e a capacidade de mitigar o poderio militar sobre esse espaço. Importante lembrar que antes de serem anunciadas as obras do parque, ainda em 2015, todo o terreno seria destinado para a construção de prédios.

⁴ “Campus Realengo IFRJ”. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Rio de Janeiro. Disponível em <https://portal.ifrj.edu.br/realengo>. Acesso em 30 de jan. de 2025.

Imagem 2: Placa da FHE afixada no muro junto à entrada do terreno.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Imagem 3: Pichação nos tapumes que cercam a área correspondente à segunda etapa do parque.



Fonte: Autoria própria, 2025.

O Parque Susana Napolini

Conhecido pelas famosas torres inspiradas nos *Gardens by the Bay*, em Singapura, o Parque Realengo Jornalista Susana Napolini se tornou uma área de lazer reconhecida em todo o Rio de Janeiro desde sua inauguração, em 16 de junho de 2024⁵. O parque ganhou o carinho dos moradores que, apesar da frequente necessidade de melhorias, abraçaram seu projeto. Com todas as pessoas que converso há a sensação de que o parque “sempre esteve ali”, e que é difícil imaginar a vida sem uma área de lazer arborizada para caminhada, para levar as crianças no domingo, para passear com o cachorro, fazer um piquenique, yoga, comemorar um aniversário ou tirar as fotos de um batizado.

O parque conta com área de alimentação, quadras poliesportivas, horta, *skate park*, área de churrasqueiras, uma chaminé (ruína da antiga fábrica mantida depois de pressão popular), quadras de futevôlei, entre outros equipamentos. Além disso, recentemente uma área foi dedicada para o “parcão”, espaço reservado aos animais.

Imagem 4: Área molhada próximo às torres; ao fundo, área gastronômica do parque.



Fonte: Lucas Cesário, 2024.

⁵ “Prefeito inaugura o Parque Realengo Jornalista Susana Napolini, na Zona Oeste”. Prefeitura do Rio (15.6.2024). Disponível em: <https://prefeitura.rio/parques-e-jardins/prefeitura-inaugura-o-parque-realengo-jornalista-susana-napolini-na-zona-oeste/>. Acesso em 20 de mar. 2025.

Imagem 5: Vista do parque com Maciço da Pedra Branca, ao fundo.



Fonte: Lucas Cesário, 2024.

Imagem 6: Torres inspiradas no “Gardens by the bay”.



Fonte: Lucas Cesário, 2024.

O coração do parque são as cinco torres inspiradas nos jardins de Singapura. Em diversos momentos anteriores à inauguração as frases “Cingapura é o caramba” e “Por que choras, Singapura” eram ditas frequentemente pelo prefeito, seus apoiadores e veículos de comunicação, como forma de valorizar o que estava sendo feito em Realengo⁶. A associação

⁶ Perfis oficiais do prefeito Eduardo Paes na rede X e no Instagram: “Pq choras Singapura? Parque Realengo

aos parques de Singapura traz consigo o ideal de progresso, modernidade e avanço tecnológico que “contrasta” com a instalação de um equipamento na periferia. As torres foram as primeiras estruturas a serem amplamente divulgadas e funcionaram como elemento central de propaganda desse audacioso projeto. Apesar das críticas que suscitaram, as torres tornaram-se um dos marcos visuais mais icônicos da cidade. Se anteriormente, ao digitar “Realengo” no Google a maioria dos resultados remetia a relatos de violência e ao calor extremo, hoje as imagens das grandes torres passam a ocupar lugar de destaque. Ainda que controversas, elas apontam para a possibilidade de reinvenção dos imaginários sobre o bairro, consolidando-se como um marco visual de relevância simbólica.

A estratégia de inauguração de parques urbanos se configurou como uma das principais plataformas de campanha do prefeito Eduardo Paes. Ele inaugurou, apenas no segundo semestre do ano de 2024, parques na região da Pavuna (Zona Norte), Barra da Tijuca (Zona Sudoeste), Campo Grande (Zona Oeste) e, em 2025, no bairro da Piedade (Zona Norte). Além desses, estão previstos um na Zona Portuária (Centro), em Guadalupe (Zona Norte) e o Parque Terra Prometida, em Santa Cruz (Zona Oeste), segundo o plano estratégico (2021-2024) da cidade⁷. A expansão dessa rede de parques evidencia a centralidade que esses equipamentos passaram a ocupar na agenda urbana municipal.

Se, por um lado, a ampliação da rede de parques urbanos pode ser interpretada como resposta às demandas por espaços públicos de lazer e convivência, por outro a forma como essas demandas são incorporadas pelo poder público revela as disputas que permeiam a produção da cidade. A aparente conformidade do poder público com os desejos da população se expressa no decreto que institui a “segunda metade” do parque. No decreto Rio nº 54.646, de 13 de junho de 2024⁸, lê-se: “Considerando a mobilização histórica da população da Zona Oeste, em especial dos bairros de Realengo, Bangu, Padre Miguel e adjacências e o anseio de mais de 30 anos por um parque em 100% da área”, fica decretada a extensão do parque. A menção explícita à reivindicação dos movimentos sociais em um documento oficial é extremamente significativa, pois consolida o êxito de décadas de mobilização por esse

Susana Napolini tá chegando!” (12.6.2024). Disponível em: <https://x.com/eduardopaes/status/1801011117566706086>. Acesso em 20 de mar. 2025; “Cingapura é o caramba! É Parque Realengo mesmo! Em breve! Parabéns @eduardo.cavaliere” (29.2.2024). Disponível em: <https://www.instagram.com/eduardopaes/p/C378aGhLFvG/>. Acesso em 20 de mar. 2025.

⁷ “Plano Estratégico (2021-2024)”. Prefeitura do Rio. Disponível em: <https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em 28 de dezembro de 2021.

⁸ Decreto Rio nº 54.646, de 13 de junho de 2024. Diário Oficial (13.6.2024). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2024/5465/54646/decreto-n-54646-2024-cria-e-delimita-o-parque-ecologico-de-realengo-nos-lotes-imediatamente-contiguos-ao-parque-realengo-jornalista-susana-naspolini>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

equipamento. Ao mesmo tempo, esse reconhecimento serve como combustível para que as reivindicações não se arrefeçam.

As formas de participação observadas revelam não apenas a persistência histórica das lutas por direito à cidade na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas também a capacidade dos moradores de elaborar projetos urbanos, ocupar espaços abandonados e disputar narrativas sobre o bairro. Mais do que reivindicar a construção de um equipamento, uma infraestrutura urbana, os moradores se constituíram como agentes de produção do espaço.

Realengo é um dos bairros mais populosos do Brasil (IBGE, 2010) e o quarto bairro mais populoso do município do Rio de Janeiro. É o 11º bairro em extensão territorial, na cidade, estendendo-se por cerca de 26,0542km² (DataRio, 2022). Para além das categorias que poderíamos acionar como um bairro de subúrbio ou periferia, entendo Realengo a partir da lógica defendida por Feltran e Neiva Vieira da Cunha, como um espaço diverso em que essas noções circulam, com significados não fixados a priori que abarcam lugares muito diversos (Cunha, Feltran, 2013), portanto subúrbio ou periferia, ambos podem ser utilizados.

A Zona Oeste durante muito tempo foi uma região conhecida como Sertão Carioca (Corrêa, 2017). Contudo, a lógica idílica de um marasmo, ou calmaria, contrasta com as mudanças que sofreu no último século.

“No Rio de Janeiro, onde o centro urbano se localiza no extremo leste do município, a porção oeste tem sido representada como alteridade da cidade há séculos, associada ao “sertão” como lugar vasto e interior que não pode ser visto da costa. Contudo, a expansão da cidade para a região a partir do século XX repercutiu nas representações sobre uma área que, em termos oficiais, corresponde sozinha a quase metade do território carioca. Portanto, o que foi considerado sertão hoje alcança um lugar próprio e marcante na configuração da cidade. Conciliando diferentes formas de habitar e fazer a cidade, a Zona Oeste tem mobilizado imaginários diversos a respeito de seus habitantes e territórios.” (Araújo, Davies, 2022, p. 7).

Entre as diferentes formas de produzir e habitar a Zona Oeste, Realengo constitui um caso singular, uma vez que sua formação urbana esteve estreitamente vinculada à presença e à atuação das instituições militares. Realengo é um bairro cercado por quarteis (Dos Santos, 2020) e essa presença garante que boa parte de seu urbanismo esteja vinculado a um forte ordenamento militar (Davies, 2020). Ordenamento esse que garantiu que os edifícios históricos do bairro fossem quase em sua totalidade espaços militares até meados dos anos 80. Com a desativação de diversos aparatos do exército, edifícios foram abandonados e apareceram as reivindicações populares para que as áreas, antes utilizadas para fins militares, pudessem ganhar outros usos. É o caso da Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra do

Realengo⁹, o lugar que hoje abriga o Parque Susana Napolini.

Com diferentes nomes e estruturas ao longo do século XX, a fábrica foi um importante edifício militar que abrigou arsenais de guerra e contribuiu para a produção de diversos tipos de manufaturas bélicas durante o período em que esteve em funcionamento. Sua instalação alterou profundamente as estruturas do bairro que se conformou em seu entorno. A fábrica se manteve em funcionamento por anos, até ser desativada em 1977. Ator importante na configuração do embate público em torno da criação do parque, o Exército em muitos momentos protagonizou os embates pela construção de um condomínio no terreno. Investigar a reivindicação da população pela construção do parque exige considerar um conjunto de fatores históricos, políticos e territoriais que tornam esse debate particularmente complexo.

Realengo é um bairro de maioria feminina e negra (DataRio, 2024), característica que evidencia a relação entre os projetos de cidade destinados às populações subalternizadas e a distribuição desigual dos investimentos públicos. Como afirma Valter Silvério (2020), os lugares associados à população negra são frequentemente produzidos e representados como espaços marginalizados e de baixo prestígio social. A esse processo soma-se a constituição de Realengo como um bairro de trabalhadores (Slivinik, 2020), e como tal marcado por políticas de urbanização que, ao longo do século XX, associaram a remoção de favelas das Zonas Sul e Central à transferência de parte dessa população trabalhadora para conjuntos habitacionais em regiões mais afastadas (Valladares, 1978; Abreu, 2008). Resultantes desses processos históricos de segregação, esses territórios permanecem marcados pelo menor investimento estatal em infraestrutura, equipamentos urbanos e qualidade de vida. Nesse contexto, o acesso a áreas verdes e a espaços públicos de lazer também se configura como uma expressão das desigualdades de raça, classe e gênero que estruturam a produção da cidade.

O Rio de Janeiro é uma cidade moldada por processos de segregação e expulsões que marcam não apenas desigualdades econômicas, evidenciadas aqui pela dicotomia “Zona Sul x periferia” e pelas dinâmicas sociais intrínsecas a essas divisões (Silvério, 2020), mas também pela capacidade de invenção e imaginação política de seus moradores. Espaços não se limitam às suas dimensões físicas, mas incluem dimensões subjetivas e discursivas (Santos, 2014). Pensar esses territórios a partir da perspectiva do “urbanismo subalterno” (Roy, 2017), reconhecendo a capacidade de agência de seus moradores na produção da cidade, permite compreendê-los não como problemas a serem resolvidos, mas como espaços complexos, atravessados por histórias de luta, resistência e elaboração de projetos urbanos próprios. Essa

⁹ Para mais sobre o tema, ver: Viana, 2010 e Viana, 2016.

perspectiva evidencia a importância de ouvir as vozes das comunidades locais e de reconhecer suas formas de organização, mobilização e reivindicação como dimensões constitutivas da produção do espaço urbano. Reconhecer a experiência desses sujeitos nos projetos urbanos implica assumir que a cidade é vivida de maneira desigual e que essa experiência é atravessada por marcadores sociais da diferença, sendo o corpo um dos primeiros e mais fundamentais desses marcadores, a partir do qual se articulam relações de raça, gênero, classe e território.

É a partir do corpo que se constrói nossa experiência de cidade (Jacques, 2009). É desse corpo constituído na margem, “não integrado”, que vislumbro a experiência como moradora de periferia. Um corpo moldado pelas longas horas nos ônibus e trens da “SuperVia”¹⁰, por esse lugar meio urbano, meio *suburbano*, que vive aquém da urbanização pensada para a cidade “do outro lado do túnel”¹¹. Permito-me, portanto, na condição não apenas de observadora, mas também de participante, olhar para Realengo nos termos propostos por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), para quem olhar, ouvir e escrever constituem movimentos concomitantes do fazer etnográfico. No meu caso, esses movimentos são indissociáveis e orientam a análise do papel desempenhado pelos movimentos sociais, por meio de suas organizações, articulações e seus grupos na conquista do parque.

Fazer o parque

As trajetórias dos grupos relatadas aqui são fundamentais para compreender formas de incidência política que possibilitaram a construção do parque. Iniciamos pelo “Movimento 100% Só Parque Realengo Verde”, um grupo que mobilizou além de diversos instrumentos jurídicos como petições, projetos de lei e abaixo-assinados, também reuniões, manifestações visuais como faixas, camisas, panfletos, além de atos realizados em frente ao portão da antiga fábrica¹². Alguns integrantes falam sobre as reuniões que aconteciam na Paróquia São José, em Magalhães Bastos¹³ já nos anos 80, em que o Padre John Cribbin falava sobre a

¹⁰A SuperVia Trens Urbanos é a concessionária responsável pela operação do sistema de trens metropolitanos do Rio de Janeiro desde 1998, conectando a cidade do Rio de Janeiro a municípios da Região Metropolitana, como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Magé e Japeri. SUPERVIA TRENS URBANOS. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.supervia.com.br>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

¹¹A cidade do Rio de Janeiro concentra na região após os túneis Rebouças e Santa Bárbara alguns dos bairros com maior IDH da cidade.

¹²Para saber mais, ver Juliana Matias de Souza Paula, em seu trabalho “Parque sim, prédio não: o caso Parque Realengo” (2023), em que a pesquisadora faz um relato robusto sobre o processo de disputa.

¹³Fonte: Rogério Silva, 2023. “História de Magalhães Bastos”. Disponível em: <https://magalhaesbastos.com.br/a-historia-da-paroquia-de-sao-jose-em-magalhaes-bastos/>. Acesso em 13 de mar.

transformação do terreno em uma área pública. O padre foi uma liderança local relevante na organização do movimento “Realengo Pró Escola Técnica” e diversas reuniões de articulação aconteciam no espaço da paróquia. Sob a organização desse grupo foi possível a construção do campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro, inaugurado em 2009, quase trinta anos após a desativação da fábrica.

Frank Davies (2015) identifica que o processo de constituição do “Movimento 100% Parque” tem origem em meados de 2013, quando uma frente articulada passou a se manifestar de forma mais incisiva em defesa da implantação do parque. Conforme relata Davies, durante uma das reuniões abertas do movimento realizada em 2014, já nas instalações do IFRJ, diversos participantes expressavam o sentimento de que Realengo havia sido historicamente preterido pelos investimentos públicos. Na ocasião também foi discutido o possível nome do movimento, e entre as alternativas apresentadas, optou-se pela denominação “Parque Realengo Verde”. A incorporação do termo “Verde” tinha um caráter programático: buscava demarcar um contraste em relação ao Parque Madureira, inaugurado em 2012, considerado pelos participantes um parque com vegetação reduzida.

Esse processo evidencia a continuidade das mobilizações em torno da área da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo. As articulações em defesa da instalação de uma escola técnica federal deram origem ao Movimento Pró Escola Técnica, cuja experiência organizativa e repertório de ação coletiva serviram de base para a formação do Movimento Parque Realengo Verde e, posteriormente, do Movimento 100% Só Parque Realengo Verde. Nesse sentido, a reivindicação pelo parque não representa uma ruptura, mas um desdobramento das formas anteriores de organização.

A luta pela criação do parque se constituiu em um processo histórico de mobilização social em que os integrantes mobilizados formulavam propostas concretas para a ocupação do terreno, um uso intenso de sua imaginação política capaz de projetar alternativas de uso comunitário para o terreno. O blog “Realengo em Pauta” já anunciava, em dezembro de 2014, o projeto imaginado pelo grupo na matéria: “Parque Verde: Um sonho possível”:

“(...) a área poderá abrigar equipamentos de educação como a extensão do IFRJ com mais um curso, que é o de educação física. Haveria na área um campus da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e o Instituto do Coração. No parque também haveria diversos equipamentos de cultura como teatro, espaços culturais, oficinas de teatro, Museu da Fábrica, Nave do Conhecimento, biblioteca e conservatório de música. O projeto contempla espaços de lazer como ciclovias, pistas de caminhada, pistas de skate, campos de futebol, parquinho, quiosques e até

de 2025.

uma academia da terceira idade. No projeto existe ainda a preocupação com os espaços verdes do terreno, que solicita manutenção da área verde, jardins, revegetação e projetos sustentáveis (compostagem).” (Queiroz, 2014)

As propostas divulgadas pelo “Realengo em Pauta” evidenciam que a reivindicação pelo parque não se limitava à criação de uma área verde, mas expressava a defesa de um projeto urbano mais amplo, voltado à integração entre educação, cultura, lazer e sustentabilidade. Ao longo dos anos seguintes, essas formulações ganharam materialidade por meio de experiências concretas de ocupação e apropriação do espaço, que buscavam demonstrar, na prática, a viabilidade de transformar o terreno da antiga fábrica em uma área pública de convivência, lazer e uso coletivo.

Nesse sentido, outro movimento relevante foi a “Ocupação Parquinho Verde”. Coletivo ativo entre 2019 e 2022, também continha entre seus membros integrantes do Movimento 100% Parque¹⁴. A ocupação desempenhou papel central ao transformar a área externa da calçada da fábrica, às margens da rua General Raposo, até então utilizada como “lixão”, em uma área de lazer. Conhecida como “Parquinho”, a área antes degradada, tornou-se um espaço verde, comunitário, equipado com churrasqueira, chuveiro, composteira, horta, entre outras estruturas, construídas pelos moradores do entorno. A ocupação funcionou como uma espécie de demonstração do potencial de uso do terreno caso toda a área da antiga fábrica fosse transformada em parque. Ao materializar essa possibilidade, contribuiu para aproximar da reivindicação moradores que até então se encontravam distantes do movimento, ampliando o engajamento em torno da conquista do parque.

Através do projeto “Lata Ocupa”, uma ocupação cultural realizada no terreno em 2019, houve um esforço coletivo de revitalização desse espaço ocioso. O financiamento coletivo por meio da plataforma “Benfeitoria”, contou com doações feitas por 257 apoiadores e assim foi possível executar o “Festival Avante Parquinho Verde”, um projeto cultural e ambiental que aconteceu mesmo em meio à pandemia, em 21 de maio de 2021. Com os recursos arrecadados, o grupo cultural “Lata Doida¹⁵”, um dos responsáveis pela mobilização, garantiu a aquisição de diversos equipamentos essenciais para a manutenção da ocupação.

Esse experimento permitiu que a população do entorno vivenciasse a possibilidade de

¹⁴ O Movimento “100% Só Parque Realengo Verde” também ficou conhecido pela abreviação de “100% Parque”, por isso em alguns momentos vamos utilizar a versão reduzida no texto.

¹⁵ Grupo Cultural Lata Doida. Além de uma banda, o grupo atuante em Realengo há mais de dez anos possui entre algumas de suas propostas unir arte e sustentabilidade, inclusive através da reciclagem de resíduos que se transformam em instrumentos musicais. Disponível em: <https://www.instagram.com/latadoida/>. Acesso em 11 ago. 2022.

realmente existir uma área de lazer pública e gratuita, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, em que se intensificou a necessidade de circulação em espaços abertos e a necessidade por áreas verdes tornou-se mais evidente. Essa vivência marcada pela possibilidade de jogar futebol, fazer um churrasco ou tomar banho de chuveirão ao lado de casa, fortaleceu ainda mais o desejo dos moradores de que essa experiência se concretizasse, posteriormente, na forma de um parque público.

Outro grupo que reivindicou o parque foi a Agenda Realengo 2030, coletivo de que faço parte e documento cuja elaboração acompanhei de perto. Uma agenda local é construída a partir de sujeitos mobilizados que se encontram para pensar sobre as principais questões que assolam sua localidade. As agendas são desenvolvidas com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a próxima década e apresentam um conjunto integrado de propostas direcionadas a seus territórios, estruturando-se em diferentes eixos, como cultura, saúde e transporte, entre outros. A metodologia empregada na formulação das Agendas é uma tecnologia social criada pela Casa Fluminense e reconhecida pela Fundação Banco do Brasil.

Com a Ocupação Parquinho Verde como cenário de sua formulação, a publicação “Agenda Realengo 2030” se tornou uma ferramenta para pleitear melhores políticas públicas para a região. O documento foi entregue a diversos parlamentares, incluindo o atual chefe do Executivo, presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O grupo se reuniu pela primeira vez em novembro de 2021 e realizou nove encontros para pensar as diretrizes que depois se tornaram a publicação disponibilizada ao público. Participei ativamente de seu processo de consolidação como documento durante o ano de 2022. Entre as propostas da primeira publicação o destaque é a implementação do parque.

Em junho de 2025, foi lançada uma nova edição da *Agenda Realengo 2030*, o que tornou possível o acompanhamento dos benefícios do parque para a população um ano depois da inauguração. Nesta edição, foram apresentados os resultados de uma pesquisa realizada pelo coletivo que contou com a participação de 241 moradores e foi desenvolvida a partir da metodologia de geração cidadã de dados¹⁶. Com base nessas contribuições, a Agenda Realengo elaborou novas propostas, entre as quais se destacam a expansão do parque para a

¹⁶ “A GCD é uma ferramenta para apoiar a autonomia para a governança territorial, além de identificar demandas, monitorar, comparar e complementar a produção de dados governamentais, fornecendo evidências para a tomada de decisões. Acreditamos que a Geração Cidadã de Dados é uma tecnologia para a geração pública, de interesse público e por autoridades responsáveis, que podem ter na GCD uma tecnologia útil para a gestão pública. Disponível em: <https://redegcd.org.br/>. Acesso em 12/6/2026.

totalidade do terreno, a criação da sede do Centro de Memória de Realengo, em seu interior, entre outras.

Como integrante da Agenda Realengo, pude acompanhar em 18 de outubro de 2025 a oficialização da expansão do parque na totalidade do terreno, um evento que contou com a presença de diversos moradores, além de governantes, integrantes do legislativo, lideranças locais e integrantes dos movimentos sociais apresentados neste trabalho.

Mais do que um ato político-administrativo, a assinatura do decreto que oficializou a construção do parque em 100% do terreno simbolizou o reconhecimento institucional de uma reivindicação construída ao longo de décadas. A ampliação do parque não pode ser compreendida apenas como resultado de uma decisão do poder público, mas como expressão da capacidade de organização e incidência de moradores que, por diferentes estratégias de mobilização, disputaram os sentidos e os destinos daquele território. A transformação de uma antiga área militar em um espaço público de lazer e convivência evidencia que a produção da cidade é também resultado da ação coletiva.

Fazer a cidade

A trajetória de mobilização em torno da criação do Parque Realengo permite compreender que a produção da cidade não se restringe às ações do Estado ou dos especialistas em planejamento urbano. Ao evidenciar a atuação de moradores, coletivos e movimentos sociais na formulação de propostas, na disputa por sua implementação e na transformação do território, esse caso revela novas formas de conceber o urbanismo. Foi na etapa de implementação da política pública que novos conflitos, negociações e formas de participação social ganharam centralidade e evidenciaram que a produção da cidade permanece em constante disputa.

Ao observar os diferentes protagonismos dos atores sociais nessa arena dialética e conflituosa da política em que os vários atores apostam em diferentes resultados a partir dos seus distintos capitais (Bourdieu, 1980) e influências, percebemos que no ciclo as políticas públicas a etapa de implementação ganha centralidade, pois se constitui no momento efetivo em que ocorre a materialização da política (Lotta, 2019), portanto, o momento de maior ebulição da participação social. Por meio de uma multiplicidade de estratégias, a população teve participação ativa nas diferentes etapas que constituíram a efetivação dessa política

pública. Devemos lembrar o que observa Dye (1995): criar uma política também consiste em compreender o porquê da política, que diferença ela faz na vida das pessoas.

Durante o período em que pude acompanhar o processo de reivindicação pelo parque, como integrante da Agenda Realengo, observei como os movimentos sociais, articulados em torno de pautas diversas como segurança pública, educação, saúde e meio ambiente, encontraram na criação do parque um ponto de convergência. Assim, a defesa do parque extrapolou a pauta ambiental, constituindo-se também como uma luta pelo direito à cidade, pela preservação do patrimônio público e pela participação social nas decisões sobre o uso do território.

Trazido pelos grupos em diversos momentos, o sentimento de pertencimento ativado por um passado e uma trajetória comuns, criou sentido para interferir nos processos políticos. Uma das razões constitutivas da escrita deste trabalho se deu em observar como o processo democrático é marcado por experiências participativas cotidianas para além da instrumentalização formal. Ao analisar a dinâmica entre participação social e políticas públicas nesse caso, deparei-me com distintas formas de organização que concomitantemente se inscrevem na busca por poder de decisão sobre o desenho e a execução das políticas, especialmente na Zona Oeste, ora afirmando a necessidade de intervenção do Estado, ora negando sua atuação. Longe de se manifestar de maneira isolada, neutra ou estática, o Estado aqui revela-se, de fato, como um constructo multifacetado (Coutinho, 1981) uma expressão da sociedade de classes, como arena em que distintos grupos sociais exercem seus poderes por meio de variados mecanismos.

É justamente nesse contexto que as disputas em torno da produção da cidade também se configuram como disputas por visibilidade, reconhecimento e existência. Como observam Gomes, Bizarria e Baptista (2022):

“Esta dinâmica evidencia que as relações de poder, de desaparecimento, de silenciamento do outro, simbólica e fisicamente, estão presentes como um regime de controle sobre corpos, imagens e objetos de populações marginalizadas. Por outro lado, o mesmo processo também significa resistência, na medida em que os movimentos sociais adotam técnicas e diferentes materiais, ocupando o espaço público com suas reivindicações por direitos sociais, políticos, enfim, por existência.”

Nessa perspectiva, a mobilização em torno do Parque Realengo não pode ser compreendida apenas como disputa por um equipamento urbano, mas como reivindicação

pelo direito de produzir a cidade e de inscrever, no espaço urbano, as memórias, os projetos e as formas de existência de seus moradores.

Ao criar um registro do presente e destacar as lutas que dão origem às políticas públicas, esse trabalho também se torna um instrumento de memória. Afinal, a memória é um processo dinâmico que gera consciência, subjetividade e novas formas de imaginar o futuro. Longe de ser um fenômeno abstrato ou um recurso mental individual, está inserida em determinados regimes de valor manifestados na materialidade e nos significados a ela atribuídos.

Durante o processo de elaboração das propostas da Agenda Realengo 2030, tive a oportunidade de conhecer o trabalho de Martha Nogueira, idealizadora do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel (CMRP). A atuação do Centro de Memória articula a preservação da história local à formulação de propostas de melhoria para a região. Pude entrevistar Martha sobre seu trabalho no CMRP e uma fala dela recorrente era sobre como, ao mobilizar as memórias que têm o bairro como cenário, é possível construir um sentimento de pertencimento capaz de aproximar diferentes atores e perspectivas em torno de um projeto comum de transformação territorial.

A memória, por estar entrelaçada com a temporalidade, aparece de forma muito dinâmica e sempre no presente, nunca no passado (Halbwachs, 1990). A memória não está fixa, mas é continuamente mobilizada na relação com as pessoas e das pessoas com o espaço. Pensar a cidade a partir das memórias é analisar um estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de determinado lugar (Abreu, 1998, p. 89). É também nos diferentes acionamentos dessa paisagem que se evidenciam os contrastes entre distintos modelos de cidade. A pergunta “Por que só pode ter cartão postal do Cristo?”, que dá título à pesquisa que desenvolvi durante o mestrado, foi feita por Martha durante nossa entrevista, ao relatar um projeto realizado com estudantes de uma escola em Realengo. Na atividade, os jovens foram convidados a produzir cartões postais utilizando exclusivamente fotografias de lugares do bairro, registradas por eles mesmos. A indagação crítica sobre a hierarquização das paisagens urbanas evidencia como a produção de memórias e representações do território também constitui uma forma de produzir estima e reivindicar reconhecimento para espaços historicamente marginalizados da cidade. Em parte, esse sentimento move a imaginação política e torna possível pensar que um terreno baldio e um lixão se transformem em áreas de lazer.

Lembrar do terreno vazio da fábrica é recordar que, antes, ele era ocupado pelos

“macacões azuis” e pelo som dos “apitos”. Durante a pesquisa, diversos interlocutores, entre eles Martha, ressaltavam a centralidade da fábrica na vida social da região. Mais do que um espaço de produção, a fábrica desempenhava um papel estruturante nas sociabilidades locais, constituindo-se como importante referencial da memória coletiva e da identidade do território.

No *Youtube* do jornalista Luiz Fortes, há um vídeo feito em 2017 em que dois ex-trabalhadores da fábrica comentam sobre o trabalho durante os anos 60 e 70. Dizem que a fábrica possuía uma escola industrial, havia escolas, serviços de saúde e comércios no seu interior. Contam também que sua desativação foi um choque, pois boa parte das relações sociais da época tinham a fábrica como eixo principal, como podemos perceber no relato de Orlando e Aparecida.

“A desativação da fábrica foi um choque muito grande pro povo de Realengo. Nós não ouvíamos mais o apito da fábrica, não ouvíamos mais aquele povo todo indo de bicicleta passando por aqui, indo para suas casas, pessoal todo com a roupa azul, uniforme da fábrica. Isso era o orgulho do povo de Realengo” (Luiz Orlando – FORTES, 2017).

“(A fábrica) representou muito para o povo de Realengo. Ela perdurou por mais de duas gerações, então muitas e muitas famílias de Realengo começaram trabalhando na fábrica. A fábrica tinha escola de aprendizagem industrial onde os filhos dos funcionários eram formados e depois continuavam como funcionários e assim foi. A fábrica tinha um valor muito grande na sociedade de Realengo” (Inês Aparecida – FORTES, 2017).

Em seu blog Pró-Realengo, Luiz reúne relatos importantes para compreender a trajetória das reivindicações apresentadas pelos integrantes dos movimentos sociais apresentados aqui. Com publicações desde 2009, o blog evidencia a importância da produção e circulação de narrativas construídas pelos próprios moradores sobre seu território. Com o advento das mídias sociais, blogs e páginas no Facebook passaram a desempenhar um papel semelhante ao dos antigos “jornais de bairro”, funcionando como instrumentos de informação, denúncia, mobilização e articulação comunitária. Diversos integrantes do movimento, ao ressaltar a legitimidade de sua participação, evocavam o passado de luta destacado em imagens pelo blog de Luiz.

Seu blog constitui um importante arquivo dessas mobilizações, preserva imagens e registros que documentam diferentes momentos da luta ao longo dos anos. Mais do que um espaço de documentação, o blog contribui para a produção e atualização de uma memória coletiva que fortalece a identidade do movimento e confere legitimidade à continuidade de suas demandas. Assim, a memória não apenas registra a mobilização, mas também atua como um recurso narrativo e político fundamental para sua sustentação.

Imagem 7: Movimento Pró Escola Técnica na Praça Padre Miguel¹⁷.



Fonte: Luiz Fortes, Blog Pró Realengo. Autoria de Rubens Andrade, 2000.

Imagem 8: Movimentos sociais pedem por participação no projeto do parque e construção em todo o perímetro do terreno durante evento de inauguração das obras com a presença do prefeito.



Fonte: Autoria própria, 2022.

¹⁷ Disponível em:

<https://pro-realengo.blogspot.com/search?q=movimento+pr%C3%B3+escola+t%C3%A9cnica>. Acesso em 12/3/2021.

Pensar os processos em torno da construção do parque pelas lentes do direito à cidade (Harvey, 2005) implica observar as estratégias mobilizadas pelos movimentos sociais para disputar os sentidos e os usos do espaço urbano. Nesse contexto, a memória não constitui apenas um registro do passado, mas um recurso político por meio do qual os atores articulam pertencimentos, legitimam reivindicações e projetam futuros possíveis. Ao mobilizar narrativas, símbolos e experiências compartilhadas, a memória contribui para a construção de novos imaginários urbanos e para a afirmação de outras possibilidades de cidade. Se o espaço possui um sentido político e estratégico, é preciso reconhecer a relação entre a produção das coisas e a produção do espaço. Trata-se de um processo dinâmico, no qual a memória é continuamente ressignificada pela interação entre subjetividades individuais e coletivas, articuladas por suportes materiais e narrativos (Baptista, 2023). Como afirmam Fleury e Menezes (2022):

“Nossas comunidades têm que escrever sobre seus processos de formação e história, têm que trabalhar sua memória. É um grande trabalho que temos a fazer. E não estamos fazendo uma coisa isolada, estamos construindo uma nova narrativa, uma narrativa decolonial da história que foi imposta para nós, isso a partir da nossa vivência, a partir da nossa base, a partir das nossas comunidades. Temos que exercer esse direito, porque nós, moradores de favela, que ficamos por muito tempo relegados ao esquecimento, fomos condenados ao silenciamento, e hoje temos a possibilidade de construir uma nova história a partir da descoberta de que nós temos memória (...)” (Fleury, Menezes, 2022).

Disputar a memória constitui, portanto, uma estratégia para a participação dos moradores na formulação e na disputa por políticas públicas, especialmente de periferia. Ao ressignificarem suas próprias histórias e reivindicarem o reconhecimento de suas trajetórias coletivas, esses sujeitos ampliam sua capacidade de incidência na arena pública. A luta por direitos também produz cidade, ao afirmar formas de permanência, pertencimento e existência que resistem aos processos de expulsão, apagamento e segregação historicamente promovidos pelos diferentes projetos de urbanização que formaram a cidade do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Ao acompanhar o processo de criação do Parque Realengo Jornalista Susana Napolini, este artigo buscou demonstrar que a produção do espaço urbano não se restringe a decisões unilaterais por parte do Estado ou às dinâmicas intrínsecas da especulação

imobiliária, mas resulta de disputas permanentes entre diferentes projetos de cidade. A mobilização pelo Parque Susana Napolini evidencia como a articulação comunitária é um instrumento potente para a efetivação de políticas públicas. Um processo que não se limitou apenas à reivindicação por um espaço de lazer, mas à luta pela valorização de territórios frequentemente negligenciados pelos investimentos públicos.

A experiência analisada revela a complexidade das disputas em Realengo, onde as demandas sociais precisam de forma contínua negociar com as forças políticas e econômicas dominantes. Mais do que narrar a conquista de um parque público, este trabalho procurou evidenciar os processos sociais e políticos que tornaram sua implementação possível. As experiências do Movimento 100% Só Parque Realengo Verde, da Ocupação Parquinho Verde, da Agenda Realengo 2030 e de tantas outras iniciativas revelam que a participação social ultrapassa os mecanismos institucionais formais, constituindo-se também por meio da produção de narrativas, da ocupação do território, da construção de memórias coletivas e da formulação de projetos urbanos capazes de disputar os sentidos da cidade.

Os movimentos sociais aqui apresentados revelam diferentes estratégias que tornaram possível que o parque fosse imaginado. A criação do parque representa importante conquista, mas não encerra esse processo. A criação do Centro de Memória de Realengo e a gestão participativa do equipamento permanecem como desafios que demandam a continuidade da mobilização social.

A memória é um instrumento de fortalecimento comunitário que auxilia no fortalecimento da participação popular na formulação de políticas públicas. A reivindicação apresentada exemplifica como os sentidos comuns evocados pela memória contribuem para a consolidação de identidades coletivas e para o fortalecimento das demandas sociais, especialmente em territórios historicamente marginalizados, como as periferias. Assim, o Parque Susana Napolini se materializa como um símbolo de luta por políticas públicas eficazes mais alinhadas aos desejos e necessidades locais.

Este trabalho busca contribuir para a compreensão das dinâmicas sobre produção do espaço urbano e participação popular na construção das cidades. Ele reforça a importância de reconhecer a memória como uma ferramenta estratégica na formulação de políticas mais eficazes e democráticas. O Parque Realengo, mais do que uma obra pública, materializa décadas de organização coletiva e demonstra que disputar a cidade é também disputar suas infraestruturas, memórias e imaginários.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, v. XIV, Porto 1998, p. 77-97.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- AGENDA REALENGO 2030. **Agenda de desenvolvimento local**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022.
- ARAÚJO, Fábio. DAVIES, Frank. **Por invenções da Zona Oeste carioca**. In: Rio a Oeste: Modos de habitar e fazer a cidade. Org: Fábio Araújo e Frank Andrew Davies, 1ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.
- BAPTISTA, Juliana. **“Por que só pode ter cartão postal do Cristo?”: Memórias, disputas e inscrições em Realengo**. 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.), Escritos de educação Petrópolis: Vozes, 1980.
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- CORREIA, Armando Magalhães. **O Sertão Carioca**. 2ª ed. Editora Contracapa, 2017.
- CUNHA, Neiva Vieira da. FELTRAN, Gabriel de Santis (Orgs.). **Sobre periferias: novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2013.
- DAVIES, Frank Andrew. **Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”**. 2015. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DAVIES, Frank Andrew. **Urbanismo militar na “região olímpica”: dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos**. Revista Interseções, v. 22 n. 2, p. 249-263, Rio de Janeiro, 2020.
- DOS SANTOS, Maria Carolina de Oliveira. **Dos sertões aos quarteis: Uma análise sobre a influência dos militares no processo de urbanização de Realengo**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 67, 2020.
- FLEURY, Sônia. MENEZES, Palloma. **Memória como Direito à Cidade: Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, v. 35, n. 76, p. 309-335, maio-agosto, 2022.

GOMES, Simone. **A sociabilidade militante na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. In: Rio a Oeste: Modos de habitar e fazer a cidade. Org: Fábio Araújo e Frank Andrew Davies, 1ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.

GOMES, Edlaine de Campos; BIZARRIA, Julio; BAPTISTA, Juliana. **A destruição de altares: sobre a homenagem aos mortos do Jacarezinho e a chacina como monumento de Estado no Rio de Janeiro**. Plataforma Religião e Poder/ISER, jun. 2022 (disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/a-destruicao-de-altares-sobre-a-homenagem-aos-mortos-do-jacarezinho-e-a-chacina-como-monumento-de-estado-no-rio-de-janeiro/>).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês “La memoire Collective” (2ª ed.). Tradução de Laurent Léon Schaffter. Presses Universitaires de France Paris, França, 1968 © 1950. Presses Universitaires de France. Edições Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas, a memória da cidade no corpo**. In: VELLOSO, Monica; ROUCHOU, Joelle; OLIVEIRA, Claudia (Orgs.). Corpo-identidade, memória e subjetividades. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

LOTTA, Gabriela. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. In: LOTTA, G. (Org.). Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. 1ª ed. Brasília: Enap, 2019. v. 1, p. 11-38.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAULA, Juliana Matias de Souza. **Parque sim, prédio não: o caso Parque Realengo**. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de especialista em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro, p. 86, 2023.

QUEIROZ, Marcelo. 2014. **Parque Verde: Um sonho possível**. Jornal Realengo em Pauta. Disponível em: <https://realengoempauta.com.br/parque-verde-um-sonho-possivel>. Acesso em 20 de mar. 2025.

ROY, Ananya. **Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno**. Revista e-metropolis, 8(31), 2017.

ROSALDO, Renato. Culture and truth. **The Remaking of Social Analysis**. Boston, Beacon Press, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SILVÉRIO, Valter. **Uma releitura do “lugar do negro” e dos “lugares da gente negra” nas cidades**. BARONE, A.; RIOS, F. (Orgs.). Negros nas cidades brasileiras (1890-1950). São Paulo: FAPESP, Intermeios, 2020.

SLIVINIK, Andrej. (2020) **Lugares de Memória dos Trabalhadores #43: Conjunto Residencial do IAPI de Realengo, Rio de Janeiro (RJ)**. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. (IH-UFRJ) Disponível em:

<https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-43-conjunto-residencial-do-iapi-de-realengo-rio-de-janeiro-rj-andrej-slivnik/>. Acesso em 12 de nov. 2022.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (Org.). **Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 316p., 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **A Fábrica de Cartuchos do Realengo (1898-1977)**. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n. 4, jun. 2016. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen.

Recebido em 21/01/2026

Aceito em 27/06/2026



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional